

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

¹Lucicléa Teixeira Lins; ²Maria José Lopes da Silva

¹ Professora do Departamento de Educação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus III no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA). Email: luciclea.lins@academico.ufpb.br

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus III no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA). Email: biancaalopesdasilva@gmail.com

Resumo: A formação inicial constitui eixo fundamental para o exercício da profissão docente, tendo como finalidade proporcionar fundamentos teóricos, práticos e metodológicos necessários à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. O objetivo deste estudo foi investigar, por meio de revisão da literatura, os desafios e os avanços da formação inicial de professores na perspectiva da educação no/do campo. O trabalho consiste em um recorte de uma monografia, posteriormente adaptado para o formato de revisão bibliográfica, com o propósito de compreender tais desafios. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão da literatura e embasada em autores como Dermeval Saviani (2009), Marinho (2008) e Antonio Carlos Gil (2002). Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados nos últimos cinco anos completos, em língua portuguesa, que abordassem diretamente a temática em discussão. Os resultados apontam que as políticas públicas desempenham papel fundamental na formação inicial de educadores do campo, contribuindo para a construção de uma educação de qualidade e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação no/do Campo. Formação Inicial. Políticas Públicas.

Introdução

A formação inicial de professores na perspectiva da Educação no/do Campo constitui um tema de grande relevância no cenário educacional brasileiro contemporâneo. Compreende-se por Educação no/do Campo o resultado de processos históricos de luta e resistência em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, especialmente no contexto da reforma agrária e da busca por uma educação de qualidade destinada a diferentes grupos sociais que vivem no campo, como indígenas, quilombolas, pescadores, assentados, ribeirinhos e trabalhadores sem-terra, entre outros povos que vivem da terra e por meio dela (Silva, Viana e Santos, 2025).

A motivação para o aprofundamento dessa temática decorre da necessidade de compreender as especificidades culturais, econômicas e sociais dos sujeitos que vivem no campo, as quais demandam práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis às realidades locais. Nesse sentido, a formação inicial de professores assume um papel fundamental na preparação de profissionais capazes de atuar de forma crítica e reflexiva em contextos educativos diversos, considerando as particularidades socioculturais das populações do campo.

Com base nesse contexto, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais são os desafios e os avanços da formação inicial de professores na perspectiva da Educação no/do Campo? Essa questão suscita reflexões acerca da necessidade de construção de práticas pedagógicas específicas que atendam à diversidade de sujeitos que residem no campo, tornando imprescindível ampliar o debate acadêmico sobre essa temática. Como base teórica, o estudo fundamenta-se nas contribuições de autores como Dermeval Saviani (2009), Marinho (2008) e Antônio Carlos Gil (2002), cujas produções abordam aspectos relacionados à formação de professores, à educação brasileira e aos procedimentos metodológicos da pesquisa científica.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão da literatura. De acordo com Antonio Carlos Gil (2002, p. 162), esse tipo de estudo consiste na análise de pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa e nas contribuições de investigações anteriores sobre determinada temática. Para a realização do levantamento bibliográfico, foram utilizadas referências já consolidadas na área da educação. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados nos últimos cinco anos completos, que abordassem a temática da formação inicial de professores na perspectiva da Educação no/do Campo. Foram selecionados apenas artigos completos publicados em língua portuguesa e que apresentassem contribuições relevantes para a discussão proposta, incluindo produções como as de Dermeval Saviani (2009), sobre formação de professores, e de Marinho (2008), que analisa a educação rural brasileira.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo consiste em investigar, por meio de revisão da literatura, os desafios e os avanços da formação inicial de professores na perspectiva da Educação no/do Campo. Como objetivos específicos, busca-se: **(a)** identificar as contribuições teóricas da literatura brasileira para a formação inicial de professores e **(b)** discutir as legislações que abordam a formação docente voltada à Educação no/do Campo.

Desenvolvimento

Ao dialogar com a literatura especializada, pode-se afirmar que, historicamente, a Educação no/do Campo foi estruturada a partir de referenciais da educação urbana, sem a devida preocupação em contextualizar a realidade social, cultural e econômica dos sujeitos que vivem no campo. Nesse modelo, predominava uma prática pedagógica centrada na mera transmissão de conteúdos, frequentemente associando a educação rural a uma condição de inferioridade, compreendida como atrasada e de baixa qualidade. Diante desse cenário, torna-se necessária a construção de práticas educativas que reconheçam e valorizem o contexto em que os sujeitos do campo estão inseridos. Para isso, a qualificação e a formação de professores assumem papel fundamental. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece diretrizes e responsabilidades do Estado no que se refere à garantia da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, visando à melhoria da qualidade do ensino ofertado e à valorização docente, conforme discutem Martins, Oster e Sehnem (2025).

De acordo com Dermeval Saviani (2009), a discussão acerca da formação de professores não é recente, estando presente no debate educacional brasileiro desde períodos anteriores à institucionalização de espaços específicos de qualificação docente. Nesse contexto, observa-se que a educação destinada às populações do campo foi historicamente concebida a partir de referenciais urbanos, sem a devida consideração pelas dimensões culturais, identitárias e históricas dos sujeitos que vivem nessas localidades, o que se configura como um dos desafios centrais para a consolidação de uma educação contextualizada. Conforme destaca Marinho (2008), esse modelo educacional foi fortemente influenciado pelo legado do **Ruralismo Pedagógico**, corrente que utilizava a educação como instrumento para manter o homem no campo. Nesse sentido, a formação docente deveria preparar professores capazes de moldar indivíduos considerados produtivos e disciplinados, atendendo às demandas desse modelo social. Tal perspectiva passou a ser contestada por diversos movimentos sociais do campo, que reivindicavam uma proposta educacional voltada às especificidades das populações rurais, bem como uma formação docente adequada a essa realidade. Entre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defende uma educação própria para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, conforme apontam Barbosa *et al.* (2025).

Apesar das adversidades históricas que marcaram a educação destinada às populações rurais, importantes avanços têm sido alcançados por meio da implementação de políticas públicas voltadas à formação docente e à valorização da Educação no/do Campo. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI¹). O programa teve como objetivo incentivar a oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições de ensino superior, visando à formação de educadores aptos a atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio em escolas situadas em áreas rurais. Essa proposta formativa buscou considerar as particularidades socioculturais, econômicas e territoriais dos povos do campo, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas.

Outro marco importante nesse processo é a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002, que passaram a orientar as práticas pedagógicas e a organização das escolas situadas em áreas rurais. Esse documento estabelece princípios fundamentais, como a garantia do acesso à educação nas comunidades do campo, o reconhecimento da diversidade sociocultural dessas populações e a promoção da gestão democrática no ambiente escolar. Além disso, as diretrizes ressaltam a singularidade do campo como espaço de aprendizagem, destacando a importância de considerar os saberes e as experiências que os estudantes trazem de seus contextos de vida. Assim, compreender as origens, as práticas culturais e as formas de organização social dessas comunidades torna-se essencial para a construção de uma escola que respeite e valorize as experiências individuais e coletivas dos sujeitos do campo.

No decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo. Destacam-se no Decreto nos parágrafos §1º – II que a escola do campo é aquela: “(...) situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situação em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo (Brasil, 2010)”. Isto é, mesmo que a escola esteja localizada em área

¹ Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, é um órgão do Ministério da Educação. O objetivo central é garantir que grupos historicamente excluídos tenham acesso ao sistema de ensino brasileiro.

urbana, mas recebe em sua maioria estudantes oriundos do campo, é considerada escola do campo. Em seu § 4º, reafirma o compromisso da:

(...) oferta da formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte adequado ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade e a diversidade das populações do campo (Brasil, 2010).

O documento destaca a necessidade de toda uma infraestrutura que atenda as especificidades das escolas do campo, como o Projeto Político Pedagógico que deve ser articulado junto à comunidade. Essas condições auxiliam na melhoria da qualidade de ensino no campo, respeitam a sua dinâmica, fomentando a inclusão e a aprendizagem de reflexão crítica do território em questão.

Apesar dos avanços promovidos por políticas públicas voltadas à Educação no/do Campo, ainda persistem diversos desafios que atravessam a efetivação dessas iniciativas. Entre eles, destacam-se a limitação de recursos destinados à formação de professores, o processo de nucleação das escolas do campo e a descontextualização do currículo nas práticas pedagógicas. Em muitos casos, observa-se a reprodução de conteúdos e modelos pedagógicos urbanos no contexto rural, desconsiderando as especificidades socioculturais das comunidades do campo. Nessa perspectiva, conforme aponta Barbosa *et al.* (2025, p. 3), “a educação das cidades era levada para o meio rural, mas de maneira precarizada, sem qualquer preocupação com a identidade e a cultura do campo”, evidenciando mais uma problemática nesse cenário educacional.

Outro aspecto relevante refere-se à fragilidade no conhecimento e na utilização dos documentos que orientam a Educação no/do Campo. Entre esses instrumentos normativos destacam-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que estabelecem princípios e diretrizes para a organização da educação nas áreas rurais. No entanto, apesar de terem sido instituídas há alguns anos, essas legislações ainda são pouco conhecidas por muitos professores que atuam em escolas do campo, o que dificulta sua efetiva implementação no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, torna-se necessário que os projetos formativos sejam fundamentados nas discussões acerca da Educação no e do Campo, com o objetivo de qualificar educadores a partir dessa perspectiva. Tal concepção diferencia-se da chamada educação rural tradicional, que historicamente buscou integrar os sujeitos do campo a um

contexto muitas vezes alienante e pouco crítico. Nesse sentido, os projetos de formação docente devem responder às reivindicações dos movimentos sociais do campo, que compreendem a educação como um elemento fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de fortalecer e representar a luta histórica dos povos do campo por direitos, reconhecimento e valorização de suas identidades socioculturais.

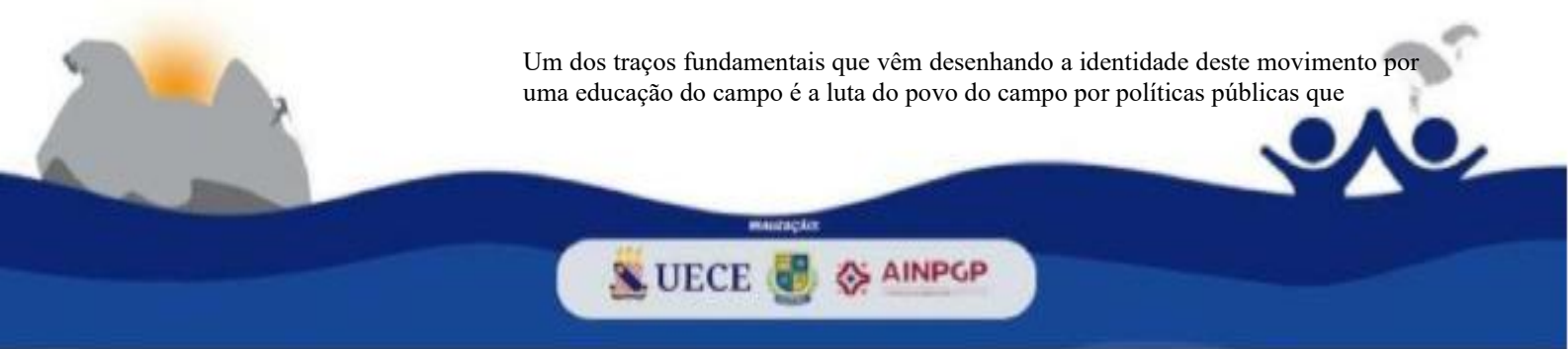
Debater acerca da qualificação desses professores também implica dialogar com os obstáculos vivenciados por esses profissionais em seu cotidiano de trabalho, tais como a atuação em dois turnos, a limitação de tempo destinado ao planejamento pedagógico, a ausência de oficinas ou cursos de formação que articulem teoria e prática, bem como o compromisso com turmas multisseriadas ou multianuais. Essas turmas são conceituadas por Santos (2016) como uma forma de organização escolar que reúne estudantes de diferentes séries ou anos e faixas etárias em uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um único professor. Isso inclui, a ausência de materiais didáticos que dialoguem com a vida dessa comunidade que chegam ao mesmo ponto: a descontextualização curricular trazendo o conteúdo urbano para um território que tanto se tem a explorar e conhecer. Como aponta Molina e DeJesus:

O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação (2004, p. 36).

As autoras dialogam sobre a importância do território para o povo do campo, que vai além do espaço físico, simboliza sua identidade, luta e autonomia dessas comunidades. Tanto que para compreender as vivências de seu território exige um conhecimento prático e cultural que é desenvolvido nas conversas, costumes e experiências do cotidiano.

Qualificar educadores para a Educação no/do Campo representa um dos pilares fundamentais da luta por um ensino de qualidade, contextualizado e emancipatório nos territórios rurais. Sendo um modelo diferente daquele urbano que impõe currículos descontextualizados quando comparados às vivências daqueles sujeitos. Por isso, Caldart (2002, p. 18) dialoga com a concepção de Educação que precisa ser *no e do* campo:

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que



garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Nesse sentido, a expressão **educação no campo** refere-se ao direito dos indivíduos que vivem nesse espaço geográfico de serem educados no lugar onde residem, sem que isso implique a obrigatoriedade de permanência no campo, como ocorreu em perspectivas vinculadas ao movimento ruralista. Já a **educação do campo** diz respeito a uma proposta educativa construída coletivamente com a participação da comunidade, com o objetivo de valorizar e incorporar, no processo educativo, os saberes, as culturas e as experiências vivenciadas pelas crianças e demais sujeitos que integram esse contexto social.

A qualificação de educadores para atuar no campo deve considerar as características específicas desse contexto, como os modos de produção, as formas de organização social e as particularidades culturais das comunidades rurais. Nesse sentido, a formação docente é compreendida como um conjunto de conhecimentos que se articula com o modo de vida, a cultura, a identidade, o contexto histórico e os saberes locais dos sujeitos que vivem no campo. Esses elementos são fundamentais para que o educador compreenda as especificidades dessa população e desenvolva práticas pedagógicas contextualizadas.

Considerar tais aspectos implica reconhecer que o conhecimento produzido por esses povos é construído a partir de suas vivências cotidianas e de sua relação com o território, expressando a realidade social em que estão inseridos. Dessa forma, a formação de professores para a Educação no/do Campo não se configura apenas como uma necessidade técnica, mas também como uma estratégia de enfrentamento às históricas formas de exclusão vivenciadas pelas populações rurais no sistema educacional. Uma formação específica contribui para o resgate da identidade do campo, para a valorização dos saberes tradicionais e para a promoção de processos de ensino e aprendizagem contextualizados. Além disso, ao investir em currículos que integrem a realidade camponesa, valorizando práticas culturais locais e a participação da comunidade, os educadores podem atuar como agentes de transformação social, contribuindo para a construção de escolas que fortaleçam a cidadania, a autonomia, o pensamento crítico e a equidade em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

No contexto do campo, o educador não é um transmissor de conhecimentos, mas mediador que integra ações pedagógicas às tradições culturais ao currículo escolar. Ele busca promover uma educação dialógica e contextualizada, sendo assim, o professor rompe com o modelo urbano padronizado, trabalhando a autonomia das crianças e fazendo com que se

vejam e sintam pertencentes ao seu território, além de fomentar um aprendizado significativo que fortalece a confiança, preserva a cultura camponesa e prepara para uma inserção crítica no mundo. Essa atuação deve ser contínua, exigindo do educador escuta ativa, flexibilidade curricular e parcerias com a comunidade, para que a escola no/do campo se torne um espaço de diálogo entre o currículo e as experiências vividas pelas crianças.

Conclusões

O presente estudo evidenciou o debate acerca da formação de educadores para atuar no campo, destacando os principais desafios e avanços nesse processo, bem como o contexto das políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento dessa área. Observou-se que a formação docente voltada à Educação no/do Campo foi historicamente marcada por diversas adversidades. Entretanto, avanços significativos passaram a ocorrer a partir da implementação de políticas e programas específicos, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Tais iniciativas foram impulsionadas, sobretudo, pela organização dos movimentos sociais do campo e pela ampliação do debate sobre o direito à educação, contribuindo para que a Educação no/do Campo passasse a ocupar maior espaço nas discussões educacionais.

A pesquisa, caracterizada como um estudo de **Estado da Arte**, teve como objetivo geral investigar, por meio da revisão da literatura, os desafios e os avanços da formação inicial de professores na perspectiva da Educação no/do Campo. A partir da análise das produções acadêmicas selecionadas e discutidas ao longo do desenvolvimento do estudo, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível identificar elementos centrais que caracterizam o cenário da formação docente nesse contexto.

Entre os principais resultados relacionados à formação de professores para a Educação no/do Campo, destacam-se dois desafios recorrentes. O primeiro refere-se à descontextualização do currículo, que frequentemente resulta em práticas pedagógicas pouco conectadas às vivências e experiências dos estudantes do campo. O segundo desafio está relacionado ao desconhecimento, por parte de muitos educadores, dos documentos normativos que orientam a Educação no/do Campo, situação que se associa, em grande medida, à ausência de uma formação inicial e continuada específica para a atuação em contextos rurais.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou discutir os desafios e os avanços relacionados à formação específica para a Educação no/do Campo, com o propósito de estimular reflexões acerca das possibilidades que as legislações e políticas públicas voltadas a essa modalidade educacional oferecem para a superação dessas limitações. Apesar das adversidades apontadas, observa-se o empenho e o compromisso de muitos professores que atuam nas escolas do campo, evidenciando sua dedicação ao processo de ensino e aprendizagem e à construção de novos conhecimentos.

Destaca-se, ainda, a importância da escola como espaço formativo, especialmente quando professores acolhem estagiários e participam de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, promovendo um ambiente de diálogo, reflexão e troca de experiências sobre a prática docente. Essa interação favorece a construção de novas propostas metodológicas, a utilização de diferentes recursos didáticos e o desenvolvimento de atividades que contribuem para a formação de crianças, jovens e adultos do campo.

Nesse contexto, compreende-se que a Educação no/do Campo não se configura apenas como um direito constitucional, mas também como um projeto político e social que reconhece e valoriza a pluralidade cultural dos sujeitos que vivem nesse território.

Por fim, no que se refere às contribuições teóricas deste estudo, destaca-se sua relevância para subsidiar futuras pesquisas e ampliar as discussões relacionadas à formação de professores e às possibilidades de avanço em sua qualificação e valorização profissional. Dessa forma, sugere-se que investigações futuras ampliem o escopo da pesquisa, incluindo um número maior de produções acadêmicas e outras fontes de dados, a fim de aprofundar a compreensão sobre os desafios e os avanços na formação inicial de educadores que atuam no contexto da Educação no/do Campo.

Referências:

BARBOSA, Esther Marciano; BUZELI, Dulce Batista Chaves; DUARTE, Luciana Cândida; RAMOS, Carlla Barbosa de Moraes; CRUZ, Fabíola Peres da; SANTOS, Luiza Rodrigues dos. **Formação de professores do campo e políticas públicas: desafios e propostas.** Anais Congresso de Educação, Interdisciplinaridade e Práticas Escolares, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 01–07,

2025. DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2258. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/eduinterp/article/view/2258>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília: 2010.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da

Educação Básica do Campo. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rce-b002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 de ago de 2025.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CARDART, Roseli Salete (orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
MARTINS, Angela Maria; OSTER, Vanessa Viebrantz; SEHNEM, Edmar Lucas Ferreira. **Cenário da formação inicial de professores da educação básica no Brasil: avanços e fragilidades.** Rio de Janeiro, v.33, n.128, p. 1-23, jul./set. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v33n128/1809-4465-ensaio-33-128-e0254931.pdf>. Acesso em: 20 de nov de 2025.

MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. O Campo da Educação do Campo. In: Molina; De Jesus (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 32-52.

MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira.** Brasília, DF: Universa, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** **Rev. Bras. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan/abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkPghMMjMv3DBX3mTBH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de nov de 2025.

SANTOS, Fábio Josué dos. Números esquecidos, realidade invisível: uma geografia internacional das escolas multisseriadas. in CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; CARVALHÊDO, Josania Lima Portela (org.). **Educação e cidadania.** Teresina: EDUFPI, 2016. p. 873- 890. Disponível em: <https://www.dropbox.com/scl/fi/j4m7xe5bkozml1dcpl3o15/ebook-2.pdf?rlkey=bfqb83xftp7p34y30hgnuizk9&e=1&dl=0> . Acesso em: 24 de fev de 2026.

SILVA, Fabiano Neves; VIANA, Ana Karina Porto; SANTOS, Arlete Ramos dos; Práticas pedagógica e formação de professores do campo: aspectos identitários da realidade campesina. In: SANTOS, Arlete Ramos dos; SILVA, Higro Souza; BRITO, Valéria Souza Lima; CRUZ, Queziane Martins da. (org.). **Diálogos sobre políticas e práticas pedagógicas da educação do campo.** Judiaí, SP: Paco, 2025. p. 259-278.